

Mulheres escritoras no Brasil e na Bahia do século XIX

Women Writers in Brazil and Bahia in the 19th Century

Lara Faria Jansen França
Universidade Federal do Pará (UFPA) | Belém | PA | BR
larafariaf@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-4193-7487>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo apresentar um breve panorama da produção literária feminina durante o Oitocentos, de forma que possa ser possível pensar em como o campo de atuação da mulher em meados do século XIX era diverso em temas e condições de publicação e circulação ao longo do território brasileiro, devido a questões sociais, políticas, econômicas e/ou culturais. Dessa maneira, pretende-se evidenciar as especificidades do contexto de produção feminina na Bahia em comparação com a de escritoras localizadas em outras regiões. Para isso, a pesquisa se fundamentou em uma metodologia qualitativa-bibliográfica a partir de referenciais como Muzart (2000), Duarte (2016), Queiroz (2022), Alves (1999, 2001), Andrade (2021), Aras e Marinho (2012), entre outros mais que contribuíram para a elucidação sobre a história de mulheres escritoras do século XIX no Brasil. Assim, espera-se contribuir com os diversos estudos que buscam ampliar a participação da mulher na história literária do Oitocentos.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria feminina; Século XIX; Estratégias de publicação.

ABSTRACT: This study aims to present a brief overview of female literary production during the nineteenth century, in order to reflect on how women's spheres of activity in mid-1800s Brazil were diverse in terms of themes, as well as conditions of publication and circulation across the national territory, shaped by social, political, economic, and/or cultural factors. The objective is to highlight the specificities of the context of female authorship in Bahia in comparison to that of writers located in other regions. To this end, the research is based on a qualitative and bibliographic methodology, drawing on references such as Muzart (2000), Duarte (2016), Queiroz (2022), Alves (1999, 2000, 2001), Andrade (2021), Aras and Marinho (2012), among others who have contributed to the elucidation of the history of nineteenth-century women writers in Brazil. Thus, this study seeks to contribute to the growing body of research aimed at expanding the presence of women in the literary history of the nineteenth century.

KEYWORDS: Female authorship; 19th century; Publishing strategies.

Introdução

Nos últimos anos, os estudos que investigam a presença da autoria feminina no campo das letras oitocentistas no Brasil avançaram significativamente, revelando um número expressivo de mulheres atuantes nos processos editoriais que delineavam a constituição da literatura brasileira. Dentro dessa perspectiva, Nara Araújo (2000) destaca que a reformulação da tradição literária a partir da inserção dessa escritura feminina, antes esquecida, altera tanto a perspectiva da conjuntura de consolidação da literatura no Brasil quanto a compreensão da história cultural do período. Isso porque se colocar como sujeito de enunciação, para além do papel de musa inspiradora ou de leitora, era também questionar a atribuição de poder em uma sociedade androcêntrica, bem como seus mecanismos simbólicos de dominação fundamentados na divisão e na hierarquização social a partir da categoria de gênero.

Nesse intento de reduzir o silenciamento social e tornar visível a literatura feminina no Brasil, pode-se observar que, desde o século XIX, já se realizavam trabalhos de catalogação como forma de reivindicar o espaço e a importância da mulher na produção letrada da época, sendo grande parte antologias que reuniam textos de homens e mulheres, ainda que o destaque para a presença feminina fosse consideravelmente menor. Em relação a isso, uma obra que colocou em evidência a participação desse grupo no período oitocentista foi *Mulheres illustres do Brazil* (1899), da escritora Ignez Sabino (1853-1911), com a biografia de dezoito mulheres do meio intelectual brasileiro que “contribuíram para a formação da identidade do país, seja no âmbito político, social e, principalmente, literário” (Lima, 2019, p. 47). Entre elas, são apresentadas Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), Nísia Floresta (1810-1885) e Maria Benedita Câmara de Bormann (1853-1895), sobre cujas produções literárias já é possível encontrar diversos estudos.

De acordo com Antonia Lima (2019), além da perspectiva biográfica e histórica, a obra de Sabino também apresenta uma análise crítica do trabalho a ser empreendido por uma mulher escritora, ao intercalar o texto com comentários a respeito das implicações envoltas na atividade da escrita destinada a um público, tais como as dificuldades de inserção profissional e as estratégias usadas pelas mulheres para transpor os limites impostos à sua classe. Uma dessas estratégias perpassou a apropriação do discurso ideológico dominante para adentrar os espaços centrais de produção literária:

Usando o discurso das elites para convencer e receber aprovação social, as mulheres escritoras e combativas invadiram o espaço público e fizeram a revolução dissimulada em favor próprio. Elas fundaram jornais, editaram numerosos artigos literários e jornalísticos, insurgiram-se nos espaços públicos privilegiados do masculino, e atraíram a atenção para as vozes femininas discordantes que denunciavam o estado de submissão e pobreza intelectual e existencial a que estavam destinadas as mulheres (Moreira, 2002, p. 145 *apud* Queiroz, 2022, p. 159).

Nesse cenário, tanto a perspectiva do anjo do lar, circunscrito ao espaço privado, quanto as posturas mais explicitamente transgressoras do paradigma social da época trouxeram à tona a inquietude desse grupo em relação à necessidade da presença da mulher no meio intelectual. Essa reivindicação foi demonstrada em dicionários e antologias que abriram espaço para a visibilidade de textos de autoria feminina com base em novas formas de análise do sistema literário em que elas estavam inseridas. Por isso, o marco histórico de catalogação de uma história literária feminina, tendo como ponto de partida a obra de Ignez Sabino (1899), é decisivo para a constituição de uma nova perspectiva acerca da literatura brasileira. Entre outros dicionários e antologias que tratam do assunto, encontram-se *A mulher rio-grandense: escritoras mortas* (1907), da escritora Andradina de Oliveira (1864-1935); *Mulheres admiráveis* (1965), de Henriqueta Galeno (1887-1964); *Em busca de Thargélia: poesia escrita por mulheres em Pernambuco no segundo Oitocentismo* (1870-1920), de Luzilá Gonçalves Ferreira (1991); os três volumes de *Escrivtoras brasileiras do século XIX* (1999-2009), organizados por Zahidé Lupinacci Muzart; *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* (2017) e *Memorial do Memoricídio – escritoras esquecidas pela história* (2022), de Constância Lima Duarte.

A partir disso, é perceptível como a literatura produzida por mulheres, mesmo que esquecidas pelas historiografias tradicionais e pelo cânone brasileiro, foi uma presença marcante e decisiva para a consolidação desse campo intelectual no país. Com isso em vista, a seção seguinte se propõe a expor um recorte de escritoras, temas e estratégias pelas quais elas se fizeram presentes no meio literário, bem como compreender as especificidades de produção literária feminina na Bahia em cotejo com autoras de outras regiões.

Escrivoras para além da tradição: um breve percurso pela autoria feminina no Brasil e na Bahia

Além dessas coletâneas que corroboram a atuação da mulher no papel de escritora e como atuante no meio intelectual, Zahidé Muzart também afirma que “a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias” (Muzart, 2000, p. 18), visto que a imprensa oitocentista foi um espaço privilegiado para o desenvolvimento de estilos de escrita e para a recepção de diferentes gêneros no princípio de uma cadeia de produção editorial. Sobre isso, já é sabido que, mesmo antes de a escrita feminina começar a ganhar distinção entre a crítica, as mulheres do século XIX ocuparam diversos papéis nesse mercado, tais como proprietárias, dirigentes, redatoras, críticas, ensaístas, correspondentes e romancistas. Além disso, também foram além dos códigos de moralidade e boas maneiras estabelecidos pela sociedade patriarcal como tentativa de limitar o exercício pensante da mulher a temas relacionados ao amor ingênuo, à vida doméstica ou à educação tradicional.

De acordo com Duarte (2016), os periódicos dirigidos por mulheres, ou os que publicavam seus textos, se aventuraram em uma diversidade de temas e gêneros que abarcavam desde uma posição mais conservadora até atitudes abertamente feministas e contestatórias, seja por meio de romances, poesia, textos com vieses instrucionais ou militantes, charadas, ensaios ou colunas de moda. Tais textos também se direcionaram a outros segmentos de públicos-alvo a exemplo da mãe de família, da jovem ou do adolescente, bem como aos homens, em uma estratégia de angariar apoio para a luta por mudanças na educação e na profissionalização da mulher:

Muitos dentre os editados por mulheres foram usados para que elas se posicionassem politicamente a favor ou contra a monarquia, a Revolução Farroupilha, a Constituinte, a abolição ou a república, tais como *Idade d’Ouro* (1833), *República das Moças* (1879), *O Abolicionismo do Amazonas* (1884) e *Aves Libertas* (1885). Ou para divulgarem o ideário feminista, contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres, como *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Mulher* (1881-1883), *A Mensageira* (1897-1900), *O Escrinio* (1898-1910), entre outros (Duarte, 2016, p. 23).

Nesse aspecto, é nítido como a emancipação intelectual e social conduzida pelas mulheres do Oitocentos conseguiu penetrar em espaços privilegiadamente masculinos, mesmo com instituições, como a Igreja e o Estado, atuando no

exercício de controle dos corpos e comportamentos em uma estrutura androcêntrica e patriarcal, bem como na constante delimitação da compreensão de mulher aos atributos de frágil, maternal, dependente e, por isso, destinada a ocupar o espaço doméstico. Entre as proposições efetuadas pelas escritoras que impulsionaram uma rearticulação dos parâmetros de hierarquização e divisão social da época, se encontram a denúncia da situação educacional e profissional das mulheres no Oitocentos e o tema da abolição da escravatura. Como exemplo, pode-se citar a dramaturga Maria Angélica Ribeiro (1829-1880), natural do Rio de Janeiro, responsável por abrir um espaço profissional às mulheres no meio teatral, para além da posição como espectadora. Segundo Valéria Andrade,

O ineditismo do ofício dramatúrgico para uma mulher nesta época não impediu, assim, que aquela senhora o exercesse e tivesse ótima aceitação, inclusive nos bastidores do meio teatral, frequentados exclusivamente por homens em posições de poder quanto às produções dramatúrgicas que subiam aos palcos, como censores, empresários e críticos. Um dos elementos favoráveis a isso teria sido, portanto, o lugar social legitimado e valorizado ocupado pela autora (Andrade, 2021, p. 12).

Ao dispor dos recursos, da posição e das relações sociais que contribuíram para adentrar na profissão de dramaturga, Maria Ribeiro passa a usar esse espaço como meio de denúncia e compromisso com as lutas sociais que se desenrolavam no país, principalmente no que diz respeito ao direito de emancipação da mulher. Como exemplo, destaco a peça *Cancros Sociais* (1866), drama que apresenta um protesto contra a situação degradante das mulheres escravizadas no período oitocentista brasileiro ao expor a questão da exploração sexual de mulheres negras por homens brancos e a comercialização delas por seus descendentes. De acordo com Andrade (2021), a peça incorpora uma posição política abolicionista ao tratar de maneira crítica a questão do direito à convivência familiar em uma sociedade fundada na discriminação interseccional entre raça, gênero e classe. Dessa maneira, a autora também explicita que a defesa da abolição na sociedade da época não estava isenta dos atravessamentos da controversa moral burguesa, cristã e branca, como é possível observar na fala da personagem Matilde:

Não, Sr. Comendador; sei que os instintos das paixões, boas ou más, se manifestam e se desenvolvem em qualquer estado ou condição da criatura. E nem julgue que sou apologista dessa monstruosa aberração do direito das gentes, que dá ao homem a propriedade individual sobre o seu semelhante! À ideia grandiosa do herói da nossa independência, tão magnanimamente por ele

realizada nos campos do Ipiranga, devia ter-se seguido a completa abolição de uma lei que nos apresenta ao estrangeiro como um povo bárbaro e ainda por civilizar! Esse cancro, que solapa a base da nossa emancipação. Lamento a sorte anômala desses infelizes; porém... aborreço-os! Devo todos os meus infortúnios a escravos, dos quais era eu mais mãe do que senhora. É gente muito ingrata! (Ribeiro, 2021, p. 78).

Além de Maria Ribeiro, outras escritoras também incorporaram em seus textos críticas ao sistema escravista e às profundas mazelas sociais originárias dele, a exemplo de Maria Firmina dos Reis (1825-1917), nascida em São Luís do Maranhão. Considerada uma referência na literatura brasileira, por figurar entre as primeiras escritoras brasileiras negras, bem como pelo seu romance *Úrsula* (1859)¹ ser considerado o primeiro de caráter abolicionista no país, Maria Firmina do Reis trouxe a escravidão como um dos temas principais do conjunto de sua obra, como é possível observar também no conto “A escrava” (1887)² e na composição musical “Hino da libertação dos escravos” (1888). Segundo Muzart (2000), apesar de a questão da abolição da escravatura ter se tornado um tema recorrente da pena feminina, o romance *Úrsula* (1859), publicado sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”, inova ao apresentar a visão e a voz do escravo negro sobre a luta abolicionista, bem como a complexidade do sentido de liberdade de um indivíduo alforriado em um país escravista.

Dessa maneira, além da visão e da posição do indivíduo branco sobre a discriminação e violência sofrida pelos escravizados já vistas em outras obras literárias, Maria Firmina aprofunda essa discussão com a memória do negro na África, a qual surge como referência originária de liberdade. No trecho abaixo é possível observar a perspectiva da personagem Mãe Susana, condutora de uma das quatro narrativas que compõem o romance *Úrsula*:

[...] Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa (Reis, 2018, p. 70-71).

1 Reeditado em edição fac-similar pela imprensa do governo do Maranhão (1975a).

2 Presente no acervo da imprensa do governo do Maranhão (1975b).

Como se depreende do discurso de Mãe Susana, Maria Firmina dos Reis articula uma crítica contundente à escravidão ao conceder voz e perspectiva a uma mulher negra escravizada – o que, à época, representava um gesto ousado e profundamente transgressor. Essa escolha narrativa revela não apenas o compromisso ético de Maria Firmina com os debates sociais de seu tempo, mas também o esforço deliberado de inscrever a experiência do sujeito negro na ficção brasileira oitocentista. A partir desse gesto autoral, é possível perceber como diversas escritoras brasileiras do século XIX não se esquivaram de temas considerados polêmicos por confrontarem a ordem vigente, mesmo estando muitas vezes inseridas nas convenções do ideal romântico. Em um contexto social semelhante, as escritoras baianas também começaram a adentrar os círculos de produção literária de forma mais ativa, sobretudo no embate entre a manutenção da tradição e o avanço de ideais progressistas que ganhavam força na Bahia e em diversas outras regiões do país:

O Brasil da segunda metade do século XIX encontrava-se no vórtice de um furacão de ideias e tendências que se polarizavam na direção, por um lado, dos valores e dos conceitos tradicionais – a ética católica, a preservação da escravatura, a monarquia, a divisão de classes, o papel social da mulher – e, por outro, das novas ideias e dos valores trazidos pela República, pelo positivismo, pelas repercussões das ciências, pela indústria e pelos movimentos sociais e intelectuais que ocorriam na Europa – abolicionismo, feminismo, liberação dos costumes, agnosticismo, cientificismo. E, nesse cenário, a Bahia, sobretudo o Recôncavo, pendia claramente na direção da tradição (Queiroz, 2022, p. 147).

Nesse sentido, é importante destacar que as inserções e movimentações da produção literária feminina, na segunda metade do século XIX, na Província da Bahia, buscaram seguir a proposição de luta pela emancipação feminina já iniciada em outras regiões do Brasil. Entretanto, essa mudança no pensamento vigente da época se realizou juntamente com a propagação de um discurso pedagógico sobre a normatização da mulher ideal, tema esse que tinha um amplo espaço na imprensa destinada ao público feminino baiano. Assim, é preciso lembrar que, mesmo com os novos ideais propagados a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento econômico da Província da Bahia continuou dentro dos moldes coloniais em relação à centralização das atividades produtivas em uma cadeia hierárquica entre Salvador e as vilas e povoados do interior. Desse modo, a estrutura colonial e agrária, mesmo após a independência do Brasil de Portugal, permaneceu como um forte traço do desenvolvimento daquela região, refletindo-se ainda nas estruturas familiares, administrativas e religiosas.

Um exemplo desse reflexo na dinâmica social baiana do período é a organização de um projeto civilizador da imagem feminina pelo viés positivista e higienista, isto é, a inserção da mulher no mundo público por meio da valorização das funções maternas e assistencialistas. Conforme Lina Aras e Simone Marinho (2012), esse projeto de construção sobre os novos ideais de mulher, agora participante em certa medida da vida pública, fazia parte de um processo de modernização maior promovido pelo Estado brasileiro após o rompimento dos laços políticos com a metrópole portuguesa e tinha como objetivo recuperar e reforçar a tutela do país em detrimento do poder exercido pelos senhores de terras no território. Dessa maneira, muitos foram os meios de fomento dessa nova sociedade modernizada, a exemplo da Igreja, por meio do regime de padroado, da classe médica higienista e da imprensa voltada para o público feminino:

Neste contexto, portanto, de modernização e inclusão das mulheres na vida pública é que devemos situar o surgimento de uma imprensa para mulheres na Bahia. Apesar da mentalidade conservadora e paternalista baiana, resistente a qualquer inovação, seja no âmbito econômico ou cultural, que teimou em sobreviver, foram criadas as condições para o nascimento das publicações femininas, em virtude do ideal modernizador, que havia sido proposto já no Império (Aras; Marinho, 2012, p. 101-102).

Logo, segundo as autoras, grande parte dos jornais destinados ao público feminino que surgiram na Bahia são datados a partir da segunda metade do século XIX e tinham por objetivo alcançar o público feminino com as novas ideias difundidas para o futuro da nação, a exemplo do periódico *A Violeta* (1852), que marca o início de uma produção impressa fundada no viés pedagógico da posição social da mulher. Entretanto, Duarte (2016) destaca que, ainda no segundo quartel do século XIX, surgiu em Salvador o *Despertador das Brasileiras* (1830-1831), possivelmente o primeiro jornal voltado para a mulher da sociedade baiana, e que contou com a publicação de vinte e cinco números sob a responsabilidade de Domingos Mondim Pestana, figura bastante presente no meio jornalístico nesse contexto.

Em relação a essa conjuntura, é interessante observar o contraste entre a imprensa feminina da Bahia com a de outras localidades, a exemplo do Rio de Janeiro, uma vez que nesse mesmo período (início da segunda metade do século XIX) é fundado *O Jornal das Senhoras* (1852), o primeiro a ser considerado de viés emancipatório e editado exclusivamente por mulheres, sob o comando da argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) e, posteriormente, da baiana Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1817-1875).

Além disso, Queiroz destaca que:

Até a década de 1870, a imprensa baiana foi muito fechada à participação feminina. Foi só entre 1875 e 1876 que os jornais *Diário de Notícias* e *O Monitor* abriram suas páginas à produção feminina, inclusive solicitando a “contribuição das senhoras da Bahia”. Entre as escritoras que publicaram nesses jornais, estão Anna Autran, Joaquina Menezes, Eutália Freire e Anna Bittencourt (Queiroz, 2022, p. 157).

Porém, mesmo o grande conservadorismo presente na Província da Bahia não impediu que as mulheres se fizessem presentes no meio intelectual com o intuito de contrapor a mentalidade religiosa/patriarcal da época. Desse modo, para contornar o cenário local de interdição, as escritoras baianas lançaram mão de diversas estratégias para fazer circular seus textos. De acordo com Ívia Alves (2001), as estratégias de legitimação das escritoras baianas no espaço público transitaram em duas perspectivas discursivas paralelas: uma que obedece aos limites e proibições preconizados pelo paradigma e imagem da mulher ideal à época e outra que busca desconstruir os preceitos androcêntricos ao reivindicar maior espaço de expressão na vida pública. Logo, em uma tentativa de contornar a ausência de apoio no meio jornalístico e evitar serem reconhecidas como “histéricas”, muitas escritoras apresentavam nos paratextos e epígrafes de seus livros uma espécie de carta de liberação, o que poderia ser interpretado como uma forma de autorizar e proteger tanto o texto quanto a autora da desconfiança e do repúdio do público e da crítica.

Como exemplo disso, é possível observar como as escolhas editoriais de Adélia Josephina de Castro Fonseca (1827-1920), considerada a primeira escritora baiana, se inscrevem nesse contexto de comparecimento da mulher na cena literária em meados do século XIX. De acordo com Alves (2001), as edições da publicação de *Echos da minh'alma* (1866), segundo livro da autora, apresentam características que revelam algumas das condições às quais o texto feminino era submetido para se ver apto a circular pelas rodas literárias da época, a exemplo da presença de um aval explícito no prólogo do livro, da autoria de escritores reconhecidos pela sociedade, e a angariação de fundos para alguma causa social (nesse caso, em prol das famílias de soldados mortos na Guerra do Paraguai), o que também consistia em um meio de fazer a obra circular por um público maior e diversificado. Além disso, não raro era possível observar o registro no início da obra de uma preocupação sobre a possibilidade de o texto não estar à altura da literatura em voga praticada pelo gênero masculino, de modo a diminuir os comentários de críticos

acerca do julgamento de valor a ser atribuído ao texto. Diante de todo esse arsenal de inserção no cenário literário altamente masculinizado, além da proteção do nome de sua família pertencente à produção agrária açucareira do Recôncavo, é interessante notar que a publicação da 1^a edição de *Echos da minh'alma* (1866) só ocorre quase vinte anos depois da escrita dos seus versos, segundo Alves (2001).

A respeito das características da produção poética de Adélia Fonseca, Muzart (2000) informa que a escritora apresentou grande preocupação com a estrutura formal do texto, além de transitar por temas próximos ao arcadismo, no sentido de seus versos serem marcados por um aspecto clássico e sem exageros sentimentais, mesmo quando o assunto em questão evocava profunda emoção. Essa particularidade pode ser observada no poema inspirado pela tragédia vivida por sua conterrânea D. Júlia Fetal, assassinada pelo noivo. Mesmo que contidamente, é possível destacar a preocupação com a condição da mulher à sua época:

Estavas, bela Júlia, descansada,
Na flor da juventude e formosura,
Desfrutando as carícias e a ternura
Da mãe, que por ti era idolatrada

A dita de por todos ser amada
Gozavas, sem prever tu' alma pura
Que, por mesquinho fado, à sepultura
Brevemente serias transportada.

Mas ah! De um insensato, a dextra forte
Dispara sobre ti, Júlia querida,
O fatal tiro que te deu a morte!...

Dos olhos foi-te a luz amortecida,
E do rosto apagou-se, iníqua sorte,
*A branca e viva cor co' a doce vida*³ (Fonseca, 1866, p. 7).

O uso da forma clássica do soneto, estruturado com elegância formal e controle emocional, contribui para disfarçar, à primeira vista, a gravidade do episódio narrado. No entanto, ao contextualizar o poema com a tragédia real de D. Júlia

³ Verso de Camões.

Fetal, é possível perceber que Adélia Fonseca, ao articular lirismo e contenção, tensiona os limites do discurso poético feminino ao tematizar, ainda que de modo velado, a violência contra a mulher. O poema engana o leitor desavisado ao parecer apenas mais um canto à morte e à fragilidade feminina, mas revela, sob sua superfície harmoniosa, um ato brutal de feminicídio. Essa duplidade entre forma e conteúdo opera como uma ruptura silenciosa no contexto de produção da época, uma vez que inscreve no espaço da poesia oitocentista, marcada por um ideal romântico e patriarcal, uma crítica sutil, porém incisiva, à condição de vulnerabilidade da mulher na sociedade.

Além de Adélia Fonseca, outra escritora que também se fez presente nesse contexto foi Ana Ribeiro de Góis Bittencourt (1843-1930), autora de oito romances que apresentam uma perspectiva histórica da Bahia e uma configuração da condição feminina diversa e distanciada da imagem ideal de mulher da autoria masculina, segundo Fontes e Alves (2000), além de ter diversos textos publicados em jornais e revistas locais. Ana Ribeiro também integra o cenário de escritoras oitocentistas que se manifestaram sobre a escravidão e a condição do negro quanto ao preconceito e à exclusão social, mas é preciso ressaltar o lugar de enunciação que reflete a discussão dessa temática em sua obra. Assim, a representação e a reflexão do tema na ficção da escritora são constituídas a partir do que Alves (1999) designou como *olhar de cima*, no sentido de que a compreensão sobre a subalternidade dos negros subjaz à condição que ocupa na estrutura social de sua época, uma vez que era oriunda de uma tradicional e importante família da elite do recôncavo baiano no século XIX.

Além disso, Alves (1999) destaca que a escrita de Ana Ribeiro, ao tomar como exemplo o livro de memórias *Longos serões do campo*,⁴ ora traz à tona e põe em crítica a relação de dominação e violência entre senhores e escravizados, ora trata a subordinação imposta aos negros como natural ao deixar antever “a ideia implícita de que cada um está bem em seu lugar e a subalternidade não é penosa, se o escravo for tratado com benevolência (social), com caridade (religião)” (Alves, 1999, p. 228). Tal como retratou Maria Ribeiro por meio da personagem Matilde na peça *Cancros Sociais* (1866), é interessante notar as diferentes construções discursivas a respeito do tema abolicionista e como ele foi apresentado, tendo em

⁴ Obra manuscrita e publicada posteriormente por seus descendentes em dois volumes, correspondendo o primeiro a uma biografia de seu avô e o segundo à narração da própria história até o ano de 1865, ano de seu casamento. A edição mais recente corresponde ao ano de 1992, publicada pela editora Nova Fronteira.

vista diferentes lugares sócio-históricos, como é possível observar no fragmento a seguir:

Era lamentável, então, ver como até pessoas de boa índole eram duras para com esses infelizes, pelo conceito errôneo que as fazia encarar os escravos como seres muito diferentes de nós, usavam das frases mais ferinas para rebai-xá-los, e, à força de humilhações e maus-tratos, chegavam eles às vezes a um tal aviltamento, que se diria não pertencerem, na verdade, à espécie humana. Entretanto, nas casas onde eram tratados com humanidade, encontravam-se belos espécimens nessa raça desprezada (Ribeiro, 1992, v. II, p. 32 *apud* Alves, 1999, p. 227).

A estudiosa também destaca a escolha semântica de palavras como *infelizes* e *bela espécimens*, as quais delimitam uma percepção de superioridade de quem escreve, além de exemplificar o entrelaçamento de marcas discursivas contraditórias em textos que, ao se solidarizarem e apoarem a causa abolicionista, também não escapam de estarem inscritos na reprodução da opressão do sistema colonialista. Sobre isso, Alves faz um adendo ao explanar que:

não se deve exigir dessas escritoras uma posição audaciosa diante da sua época, que se revelava bastante limitadora tanto pelo positivismo, que ancorava a república brasileira quanto pela religião católica, que criava uma censura castadora (Alves, 1999, p. 232).

Em diálogo com as diferentes perspectivas sobre o contexto escravista da época, destaco também Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues (1861-1926), com textos que trouxeram tanto críticas ao sistema colonial e patriarcal quanto aspectos e posições que se coadunavam com a manutenção dele. Diferentemente das escritoras mencionadas acima, com exceção de Maria Firmina dos Reis, Amélia Rodrigues não teve o apoio social e financeiro de uma família tradicional e com posses, fato que acentuou a reflexão e a reivindicação de instrução e profissionalização da mulher em suas publicações. Ao longo do primeiro período de sua carreira literária, a escritora deixa em evidência como as questões sociais, em especial a condição de exclusão e inferioridade imposta a certos grupos, foram um tema de grande interesse para ela, de forma que isso também se estende para a sua atuação na área da educação e se entrelaça mais fortemente com os preceitos da fé católica durante o segundo período de sua produção escrita. Logo, em um contexto contrário à independência da mulher na Bahia, a trajetória de Amélia Rodrigues na

literatura reflete os desafios experenciados pela escrita feminina, constantemente posta à prova em nome dos papéis e valores atribuídos ao seu gênero.

Em relação ao posicionamento crítico de Amélia Rodrigues perante as desigualdades sociais, Queiroz (2022) destaca a publicação do poema “Verso e Reverso” (1885) em um contexto amplamente conservador e escravagista vigente na Província da Bahia. Ao representar romanticamente o dia do aniversário da filha de um senhor de engenho, a escritora cria uma comparação entre a beleza e o privilégio atribuídos à camada mais elitizada da sociedade e o sofrimento, a servidão impostos aos negros próximos dali, ao descrever que “[...] Do engenho em negro e imundo calabouço, / Presos num tronco vil pelo pescoço, / Gemem, tintos de sangue, alguns escravos...” (Rodrigues, 1885 *apud* Alves, 2004). A crítica ao sistema escravocrata também pode ser vista na produção em prosa literária, ao passo que em seus textos não ficcionais esse tema não foi recepcionado, ou encontrado até o momento da escrita dessa pesquisa, de forma que o engajamento nas lutas sociais é direcionado para as condições de vida da mulher no século XIX.

Tal como em Ana Ribeiro, as nuances do discurso de Amélia Rodrigues sobre a escravidão de negros também são perpassadas por traços de linguagem e uma visão a respeito do indivíduo negro que reforçavam o próprio sistema posto em crítica e a inferioridade imposta a esse grupo. Em relação a isso, Juliana Muñoz (2019) destaca que a presença do personagem negro na literatura brasileira é deslocada para o centro da narrativa ficcional a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente no período abolicionista, de modo que representa também uma cooperação dos intelectuais brasileiros na definição da alteridade nacional, ainda que fundamentada em ideias eurocêntricas. Assim, a pesquisadora afirma que o negro é apresentado por meio de diferentes facetas, como a do cativo sofredor e melancólico, do servo como fonte de inspiração para produções opositoras ao sistema escravista, do escravizado nobre e submisso, da escravizada sexualizada, do negro infantilizado e indefeso, do negro feio, do negro imoral ou vingativo, entre outras.

Essas diferentes construções também podem ser observadas na obra de Amélia Rodrigues, com destaque para a peça *Fausta*⁵ (1884). Apesar de a escravidão não ser a temática central da história, é perceptível como ela cresce envolta do drama da personagem Fausta ao contrapor o pensamento da elite que acreditava na dependência e incapacidade de instrução dos negros, uma vez que Amélia

⁵ *Fausta* (drama em 4 atos), 1886 (manuscrito). De acordo com Alves (1998), a produção da escritora datada até 1892 se encontra em seu acervo no Instituto Feminino da Bahia, onde é possível encontrar o manuscrito do drama em questão.

Rodrigues teceu para o personagem negro uma concepção oposta a essa: mentor de uma jovem branca e dona de engenho, o personagem de Lúcio como símbolo de razão e sabedoria imprimiu uma denúncia aos preconceitos fundadores do sistema escravista (Alves, 2011), também contundentemente presente na objeção do personagem a se ver como objeto de decoração na lógica antiescravista do capitalismo.

Em contraposição a esse cenário, é possível identificar uma outra construção do personagem negro a partir de qualificadores pejorativos, a exemplo do ser imoral e traiçoeiro, no romance *O mameluco* (1882), no qual a personagem Luiza é retratada por uma ótica bastante característica dos discursos colonialistas que apontam uma condição supostamente intrínseca do indivíduo negro como razão para subalternidade e desumanização desses indivíduos:

Luiza era o tipo perfeito da malícia, da ambição e da hipocrisia. Especulando com a simplicidade de sua senhora, ela a enganava, a adulava e roubava-a sem pudor, com uma carinha impassível como a inocência. Sophia muitas vezes a repreendera, ameaçava-a de contar à sinhá, mas obtinha em resposta um riso de escárnio. Quando Fernando Santa Luz chegou à fazenda, Luiza reparou nele, interessou-a aquele rapaz desprotegido da sorte e apaixonou-se por ele em todo o ardor de sua natureza quase selvagem, indômita, e incapaz de um amor sério e refletido. O mancebo repeliu-a; a crioula não desanimou, mas, quando o gelo do desengano muitas vezes repetido acalmou-lhe a chama, a paixão tornou-se em ódio, e ela jurou fazer-lhe guerra (Rodrigues, 2022, p. 73).

A esse respeito, Muñoz (2019) observa a ambivalência dessa questão nos romances do século XIX, uma vez que, ao mesmo tempo que buscavam criticar o preconceito vigente e defender a figura do negro, os escritores ditos abolicionistas também não conseguiram se desfazer das ideias estereotipadas a respeito desses indivíduos, de modo que a presença deles em muitos romances acaba por reforçar a situação a que se propõe denunciar. Para além da materialidade, a estrutura escravista herdada do colonialismo estava presente na própria formação de pensamento da época, sendo ela evidenciada na linguagem com que os escritores dispunham para recriar tal realidade na literatura.

Considerações finais

Diante das reflexões expostas, é possível compreender que, durante o século XIX, o caminho de uma mulher para adentrar o campo da escrita é diverso e muitas vezes atrelado aos limites e imposições sociais, políticas, culturais e econômicas que delimitavam a sociedade oitocentista. Esse fato colocou as escritoras do período em uma posição onde a negociação e a elaboração de estratégias para a publicação tinham que, muitas vezes, se coadunar com os valores morais vigentes para poderem alcançar um espaço intelectual no qual a estética e a opinião valoradas e legitimadas eram as do gênero masculino. Nesse ínterim, muitas mulheres conseguiram alcançar a circulação e o reconhecimento de suas obras ainda em vida, apesar de não figurarem em historiografias tradicionais das décadas seguintes, enquanto outras escritoras foram apagadas, silenciadas ou descredibilizadas. Atualmente, a pesquisa de fontes primárias em arquivos jornalísticos, meio de circulação literária à época, muito tem feito para trazer à tona a grande contribuição e produção escrita das mulheres do século XIX.

Do mesmo modo, foi possível observar como algumas temáticas, a da crítica ao sistema escravocrata da época, por exemplo, estiveram presentes nos textos de escritoras oriundas de diferentes regiões, com situações socioeconômicas e origens étnicas distintas. Esse ponto em comum demonstra como as mulheres escritoras do Oitocentos estavam preocupadas em trazer para a discussão pública a questão degradante para com grupos marginalizados, e, mesmo com vieses que por vezes se encontravam entrelaçados com a manutenção do paradigma colonialista, puderam difundir para sujeitos de camadas sociais mais populares a discussão a respeito do alcance da cidadania durante o Brasil Império. Em suma, pode-se destacar que a contribuição da mulher na literatura brasileira do século XIX, em diferentes contextos, reverberou questões outras, além da estética textual, e pode motivar debates e movimentos de caráter social e político.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL/UFPA) e, em especial, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de mestrado, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. I. D. A paladina Amélia Rodrigues e a silenciada Maria Augusta Guimarães. *Verbo de Minas*, v. 11, n. 19, p. 167-186, 2011. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/view/355>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ALVES, I. I. D. Amélia Rodrigues. In: MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2004. v. 2, p. 72-103.
- ALVES, I. I. D. As escritoras baianas do final do século XIX. In: FARIAS, J. N.; MALUF, S. (org.). *Literatura, Cultura, Sociedade*. Maceió: EdUFAL/PPGGL, 2001. p. 163-184.
- ALVES, I. I. D. Escritoras abolicionistas: o negro na obra de Amélia Rodrigues e Anna Ribeiro. In: ALVARES, M. L.; SANTOS, E. F. dos S. (org.). *Olhares e Diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste*. Belém: GEPEM, REDOR, N/NE, 1999. v. 1, p. 225-234.
- ANDRADE, V. Maria Ribeiro: escrever o Brasil, fundar a dramaturgia de autoria de mulheres. In: RIBEIRO, M. *Cancros sociais*: drama original em cinco atos. Brasília: Senado Federal, 2021. p. 63-81.
- ARAS, L. M. B.; MARINHO, S. R. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). *Historiæ*, v. 3, n. 2, p. 96-115, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2591>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- ARAÚJO, N. Do vazio e do silêncio. In: MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres, 2000. v. 1, p. 13-16.
- BITTENCOURT, A. R. de G. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
- DUARTE, C. L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX*: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DUARTE, C. L. (org.). *Memorial do Memoricídio – escritoras esquecidas pela história*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.
- FERREIRA, L. G. *Em busca de Thargélia*: poesia escrita por mulheres em Pernambuco no segundo Oitocentismo (1870-1920). Tomo I. Recife: FUNDARPE, 1991.
- FONSECA, A. J. de C. *Echos da minh'alma*. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1866.
- FONTES, N. R. V.; ALVES, I. I. D. Ana Ribeiro. In: MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres, 2000. v. 1, p. 384-400.
- GALENO, H. *Mulheres admiráveis*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1965.
- LIMA, A. R. P. “*Mulheres Illustres do Brazil*”, de Ignez Sabino, e sua ressonância em dicionários de autoria feminina nos séculos XX e XXI. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Literários) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.ufes.br:8080/handle/tede/902>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- MUÑOZ, J. F. T. A representação do negro na literatura oitocentista brasileira à luz do pós-colonialismo. *Brasil/Brazil*, v. 32, n. 59, p. 87-102, jul. 2019. Disponível em: seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/95014. Acesso em: 10 set. 2023.
- MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MUZART, Z. L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999-2009. v. I, II e III.

OLIVEIRA, A. de. *A mulher rio-grandense: escriptoras mortas*. Porto Alegre: Americana, 1907.

QUEIROZ, M. B. de. Amélia Rodrigues e a escrita das mulheres do século XIX. In: RODRIGUES, A. *O mameleuco: romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022. p. 137-220.

REIS, M. F. dos. *Ursula*, Romance original brasileiro, por Uma Maranhense. Ed. fac-similar. Prefácio de Horácio de Almeida. Maranhão: Governo do Estado, 1975a.

REIS, M. F. dos. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

REIS, M. F. dos. A Escrava. Conto. À Revista Maranhense, nº 3, 1887. In: NASCIMENTO FILHO, J. (org.). *Maria Firmina – Fragmentos de uma vida*. Maranhão: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975b.

RIBEIRO, M. *Cancros Sociais*: drama original em 5 actos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1866.

RIBEIRO, M. *Cancros sociais*: drama original em cinco atos. Apresentação, bibliografias e atualização de Valéria Andrade. Brasília: Senado Federal, 2021.

RODRIGUES, A. *O mameleuco*: um romance brasileiro. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022.

SABINO, I. *Mulheres Illustres do Brazil*. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996.

Recebido em: 14/11/2023

Aprovado em: 09/07/2025

